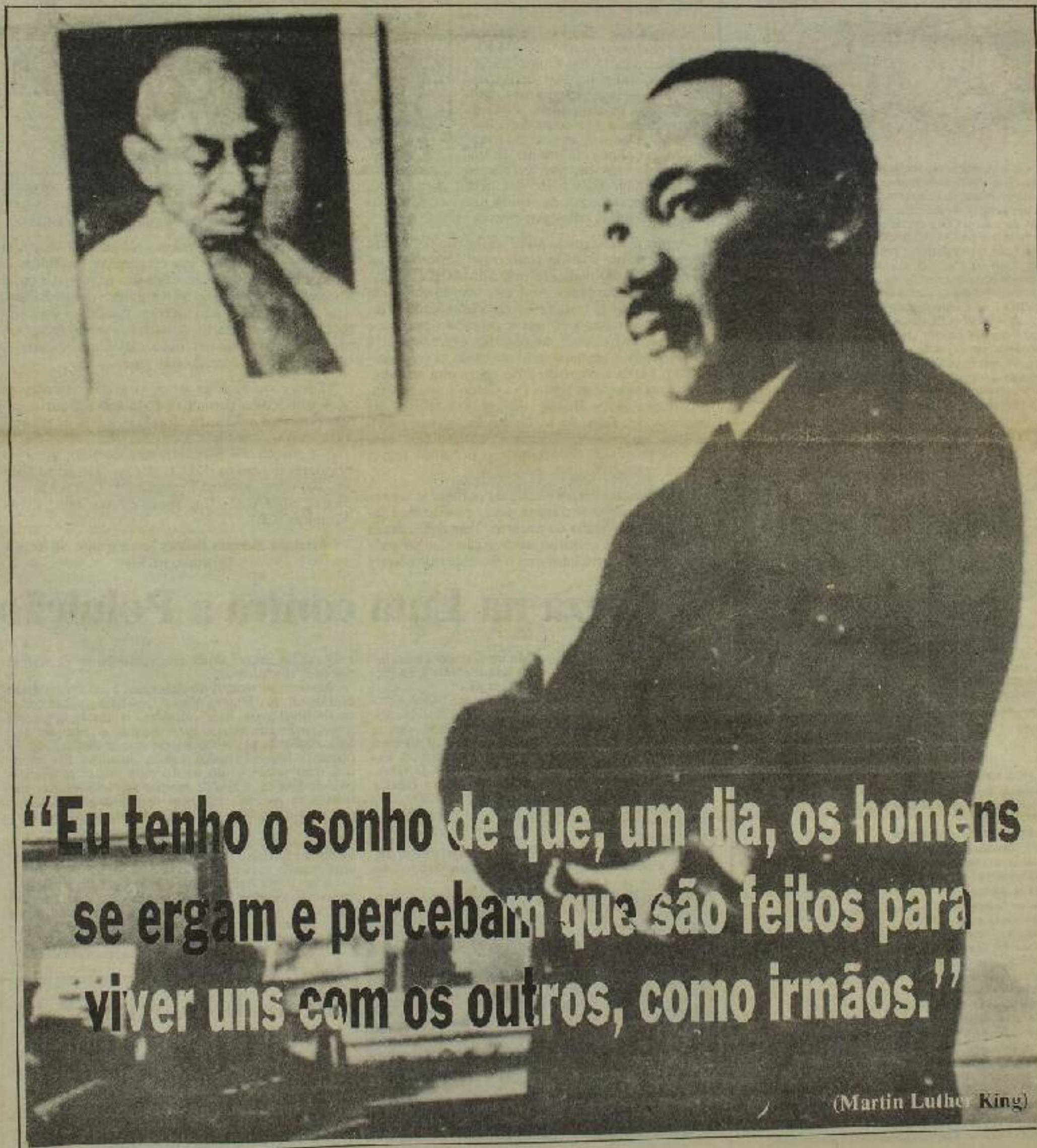


JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA

Ano IX - Boletim nº 15 - Editado pelo setor de divulgação do SERPAJ-BRASIL



“Eu tenho o sonho de que, um dia, os homens se ergam e percebam que são feitos para viver uns com os outros, como irmãos.”

(Martin Luther King)

DICAS DE LEITURA



LIVRO: A Pobreza, Riqueza dos Povos - Albert Tevoedjra - Editora Cidade Nova.

Finalmente um livro que traz algo de novo, apresentando um projeto de sociedade realmente humana. O autor fala da pobreza num sentido inovador, proclamando-a "riqueza dos povos". O homem, do início ao fim, está no centro de seus estudos e pesquisas. Não, porém, um homem robô ou abstrato, mas o homem real, concreto, histórico, o homem inscrito na sociedade em que se forma, em que vive e à qual está intimamente ligado.

LIVRO: A Comunicação na Construção da Paz - V. V. A. A. - Edições Paulinas.

Esse livro nos mostra que uma verdadeira paz não se faz sem uma comunicação autêntica e participativa.

A nova ordem jurídica para o estatuto da Comunicação Social não é apenas uma questão de supra-estrutura, ou de lei menor que toca os direitos fundamentais dos grupos humanos.

A reflexão sobre a "Comunicação na Construção da Paz" transcende os debates superficiais com os quais muitas vezes se ocupam políticos, intelectuais, empresários e trabalhadores do setor.

LIVRO: O Pensamento Militar Brasileiro - Leonardo Trevisan - Global Editora.

O exército está nas ruas... Então o país treme nas bases, pois ninguém sabe o que pode acontecer. Desde a década de 20 em todas as grandes transformações sociais, o verde das fardas dá o tom e o ritmo. Afinal, o que desejamos e o que propõem os militares para o Brasil? Você vai decifrar o pensamento militar, lendo o instigante texto de Leonardo Trevisan.

LIVRO: O Pensamento Vivo de Martin Luther King - Martin Claret.

O livro nos oferece idéias importantes e fundamentais de um homem que influenciou, e continua a influenciar a mentalidade e a ação de povos e nações de nossos dias; isso principalmente através da luta não-violenta desenvolvida por King em prol da libertação do povo negro dos Estados Unidos.

EXPEDIENTE

JUSTIÇA E NÃO-VIOLENCIA

Publicação Bimestral

Serviço Nacional Justiça e Não-Violência-

SERPAJ-Brasil

SDS Ed. Veneza V - sala 313

70302 - Brasília - DF

Telefone para contato:

(061) 225-8738

SERPAJ-BRASIL

Membro do Serviço Paz e Justiça

na América Latina - SERPAJ - AL

Organismo Consultivo (Status II)

do Conselho Econômico e Social

(ECOSOC) das Nações Unidas;

mantém relações com a

UNESCO (Categoria C).

Coordenação e responsabilidade de

elaboração - Setor de Divulgação do

SERPAJ-Brasil (S.D. SERPAJ)

Marco Antonio Gonçalves e Sílvia Teresinha Gonçalves

Endereço para assinaturas e envio de artigos

Rua dos Ferrados, 10 - B. Guarani

95080 - Caxias do Sul - RS

Distribuição interna

Diagramação: Adenize Luiza de Oliveira

Serviço Gráfico: Empresa Jornalística Pioneiro S/A.

Grupo de Fortaleza:
Luta pelo Direito à Vida

Os membros do SERPAJ-Fortaleza (CE) estão envolvidos, juntamente com os moradores da Vila Travessa Murtiba do Bairro Edson Queirós, na luta pelo direito à vida, ou seja, contra a poluição causada pela Empresa Marmoraria e Metalúrgica ICR Ltda., situada à Travessa Araçá, 133, próxima às residências da vila acima mencionada.

Contra esta empresa, estão movendo um processo no DECOM (Departamento de Defesa Comunitária). Já foram realizadas três audiências, onde até o presente momento, a situação para os moradores, continua a mesma. Estes não conseguem dormir tranquilos, ou mesmo desfrutar do sossego depois de um dia de trabalho e de cansaço, pois as máquinas trabalham dia e noite sem parar. Além disso, há o problema do pó, que causa doenças, afetando principalmente as crianças e os mais velhos.

Somente na segunda audiência é que foi anexado ao processo o laudo técnico (medição do grau do som e do pó) realizado pela SEMACE (Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ceará). Foi constatado que o grau do barulho provocado pelas máquinas ultrapassa ao que é permitido por lei, e que o pó proveniente da empresa é prejudicial à saúde. Após o conhecimento do laudo, a promotora Dra. Maria Luísa (não é ela quem está acompanhando o caso, mas sim o Dr. Guido Furtado Pinto), deu o prazo de um mês para o diretor da empresa, Sr. Eduardo L. C. Rocha, tomar providências. Segundo esse Diretor a poluição diminuiu, mas na realidade, o barulho e o pó ainda tem a mesma intensidade que antes.

A audiência não foi realizada, por não se ter encontrado o processo. Diante disso, procuramos falar com a Dra. Maria do Socorro. Tomando ciência da situação, ela solicitou novo laudo técnico para confirmar se as medidas que o Sr. Eduardo tomou



realmente contribuírem para amenizar a poluição. Em posse desse mesmo novo laudo, ambas as partes seriam convocadas para uma nova audiência.

Para evitar que maiores problemas bem como expandir o terreno da sua empresa, o Sr. Eduardo anda comprando as casas dos moradores que estão dispostos a vender; só que a preços muito baixos, onde alguns deles não tiveram condições de comprar sequer um quarto. À medida que vai comprando ele vai passando um muro, dificultando assim, o acesso dos moradores às suas casas.

Diante do fato exposto, o grupo convida os companheiros a participar desta luta. A participação poderá ser efetuada através do envio de telegramas, cartas, ... pedindo a devida atenção, colaboração e justiça ao problema em questão, para os seguintes endereços: DECOM - Av. Heráclito Graca, 100 (Dra. Socorro Franca e Dr. Guido Furtado Pinto); SEMACE - Rua Barão de Aratanha, 1119 - Fortaleza (CE).

Mariana Bezerra Soares (pelo grupo SERPAJ-Fortaleza(CE))

Firmeza na Luta contra a Poluição

Os moradores do Bairro Monte Castelo de Fortaleza (CE), continuam firmes na luta contra a poluição provocada pela fábrica Siqueira Gurgel.

Após a denúncia publicada no Jornal "O Povo", do dia 02.11.89, o Juiz da 15ª Vara Civil mandou interditar as caldeiras da fábrica que funcionavam a óleo Diesel e Óleo, dando um prazo de 10 dias, ao oficial da justiça, para cumprir essa determinação. Essa sentença foi adiada porque os advogados da fábrica apresentaram um recurso alegando que a fábrica possui 200 empregados, sendo um total de 1.000 (mil) pessoas dependentes. O caso foi transferido para uma instância superior, "os desembargadores", para julgarem tal recurso.

Durante o mês de dezembro a justiça entrou em recesso e o processo ficou parado aguardando sua

vez, e além disso, ainda está aguardando o parecer dos desembargadores.

Nesse meio tempo, de dezembro a janeiro, o dono da fábrica, Sr. Ernane Viana, resolveu utilizar como combustível para suas caldeiras, o gás butano, em substituição aos anteriores, reduzindo a poluição, que foi constatada pelos moradores com a diminuição da fumaça e fuligem expelidas pelas chaminés. Ele convocou uma comissão do bairro para visitar as instalações da fábrica, a fim de mostrar as modificações efetuadas na mesma. Também comunicou a comissão que queria resolver a questão de forma amigável, e disse que gostaria de se reunir com os moradores do bairro para dar-lhes as devidas explicações e esclarecer qualquer dúvida. Marcou-se, depois desse contato, uma reunião para o final do mês de março.

A iniciativa do Sr. Ernane Viana deu um ânimo mais esperançoso. Isso prova que, uma luta em defesa dos direitos, conduzida de forma organizada e sem radicalismo, aglutina muitas pessoas e ganha a credibilidade da opinião pública.

Sinésio Araújo - SERPAJ-Núcleo/Fortaleza



Fábrica Siqueira Gurgel

Errata do Boletim nº 14

Pág. 03 - parágrafo 4, 6ª linha do artigo: "Não-Violência Ativa, uma proposta revolucionária". Leia-se: ... luta contra a injustiça...

Pág. 03 - parágrafo 3, na última linha do artigo "SERPAJ no Brasil" acrescenta-se: Boletim nº 19 (ref. nov/dez) - Regional Centro-Oeste.

O Serpaj-Brasil e o Plano Collor

Com a instalação do novo governo, a contunua a insólita transição não se consideravelmente. Estas mudanças, que refletem-se diretamente na realidade nacional, não acontecem somente a nível econômico, mas também nos níveis político, social e cultural. Diante disso, visando abrir espaço para uma discussão seria e profunda, principalmente entre seus militantes, o SERPAJ-Brasil vem pronunciando-se sobre a atual situação, analisando-a em alguns aspectos.

ASPECTO POLÍTICO

Durante o processo de eleição presidencial, a maioria dos candidatos apresentou ao povo brasileiro, projetos políticos para resolver a crise enfrentada pelo país. No segundo turno desta eleição, estavam presentes dois candidatos que representavam projetos distintos e antagônicos, caracterizando a divisão da sociedade. Neste contexto, Collor de Mello foi eleito com a colaboração decisiva dos meios de comunicação, utilizados de forma coercitiva pelos setores conservadores.

Após a posse, o presidente eleito reforça sua imagem de "Salvador da Pátria", com suas posições de "homem forte", manifestadas através da própria isenção, do individualismo e do autoritarismo, utilizando sofisticadas e ilegítimos procedimentos de manipulação de massa.

Em meio a uma situação econômica, política e social caótica, surge o Plano "Brasil Novo", objetivando solucionar os problemas da inflação descontrolada, da recessão assistadora e da corrupção impune, na tentativa de recuperar a confiança popular, principalmente em relação ao poder executivo. Isto tudo fortalecido pela convicção da grande maioria do Congresso Nacional que, em lugar de desenvolver o debate político e econômico e tomar posições independentes e imparciais, realiza negociações, através de articulações entre parlamentares e partidos conservadores de direita, caracterizando assim, o verdadeiro desuso destes homens públicos em relação a grande maioria da população.

ASPECTO ECONÔMICO

A implantação do plano econômico efetiva o quadro de recessão da economia brasileira, trazendo novos problemas ao conjunto da classe trabalhadora.

Os setores produtivos iniciaram um período de redução da jornada de trabalho e dos salários,

férias coletivas, desemprego em massa (previsão de 360 mil demissões somente nos setores públicos), além da desconsideração, por parte do governo, da inflação dos meses anteriores ao plano para os reajustes salariais. Em meio a esta situação já crítica, acrescenta-se a decisão do governo de não fixar o salário mínimo, impondo a livre negociação entre trabalhadores e patrões.

No Plano Collor está implícita uma estratégia global de desenvolvimento nos moldes do neoliberalismo (modernização do capitalismo), obedecendo aos interesses e determinações da FMI e demais organismos financeiros internacionais, mantendo a dominação e aperfeiçoando as formas de exploração e domínio sobre os países do Terceiro Mundo.

É uma das grandes armas desta dominação continua sendo a dívida externa. Com a manutenção das enormes remessas de capital ao exterior, torna-se inviável o crescimento econômico e o desenvolvimento industrial, sendo que o Plano não estabelece solução alguma para o problema. Ao contrário, o programa de privatização, propalado e justificado pelos meios de comunicação, através de vendidas campanhas de desmoralização do setor público, favorece a investida do capital estrangeiro em detrimento dos interesses verdadeiramente nacionais e marcando o estado de miserabilidade vivido pelo Brasil.

ASPECTO SOCIAL

Apesar das constantes declarações do Presidente Collor afirmando-se ao lado dos "desempregados", em seu plano econômico não encontramos garantias concretas da melhoria do nível de vida da população brasileira. Ao contrário, com a recessão e suas consequências imediatas, o acesso à saúde, moradia, educação, transporte e todos os demais itens básicos para a sobrevivência digna, fica ainda mais difícil aumentando, desta forma, os índices de miséria, marginalização e violência, já expressos claramente na alta incidência de assassinatos de infantes, de assaltos e assaltos e criminalização institucional de um estado cada vez mais policializado e repressor.

Avança-se que, na última década, os movimentos populares e sindicais desenvolveram uma atuação caracterizada como luta de resistência, o que colabora definitivamente para a estruturação e organização de sindicatos e entidades de classe e de

luta dos interesses dos trabalhadores. Porém, isto não foi suficiente para provocar uma resposta média ao plano econômico, apesar de ter-se dado as suas consequências.

Entretanto, as primeiras reações começam a surgir, mediante mobilizações realizadas por categorias rurais e urbanas, manifestadas principalmente através do Movimento Sem Terra e de vários sindicatos comunitários. Estas são demonstrações de que o Movimento Popular e o Movimento Sindical brasileiros tomam consciência de que a luta precisa ser ofensiva e bem organizada.

O SERPAJ-BRASIL DIANTE DISSO?

1. Somos contrários ao plano econômico do Governo Collor, com suas medidas provisórias anti-democráticas e inconstitucionais, que além de prejudicarem amplamente a classe trabalhadora, abre mão da soberania nacional em favor dos grandes capitais nacionais e transnacionais e leva a economia brasileira à estagnação.

2. Rejeitamos a maneira vergulhosa com que Collor e sua equipe, com a cumplicidade dos grandes meios de comunicação, vêm ludando a população ao defender que todos foram atingidos pelo plano. As consequências refletem-se diretamente nos trabalhadores, pois o empresário, mesmo tendo sua verba confiscada, é o dono dos meios de produção e tem condições de recuperar prováveis perdas. É o trabalhador, que possui apenas sua mão-de-obra, quando irá recuperar suas perdas já históricas?

3. Rejeitamos a política de privatização, exigida pelos credores internacionais e reforçada pela campanha de desmoralização dos órgãos públicos. No setor público encontra-se em estado de deterioração e em consequência dos atos dos políticos governantes, que sempre utilizaram o dinheiro de corrupção e poder político.

4. Nos colocamos contra a remessa de capital ao exterior com a finalidade de pagamento da dívida externa, impedindo o crescimento da economia e a melhoria do nível de vida do povo. Esta dívida já foi paga com o sacrifício dos trabalhadores brasileiros.

5. Alerta aos para a necessidade do trabalho constante com relação às próximas eleições, pois não podemos cair no mesmo equívoco ilusório cometido pelo plano cruzado, acreditando nov-

FIQUE

ATENÇÃO!!!



mente em propostas de políticos oportunistas, sem tomar consciência da luta com os pobres e oprimidos deste país.

6. Sentimos a urgência de avançarmos no trabalho de conscientização popular, fortalecendo a organização ofensiva e respondendo efetivamente ao Governo e a todos aqueles que o apóiam, com ações serias e coordenadas.

7. Nos comprometemos a colaborar na luta pela preservação dos espaços democráticos já conquistados e colaborarmos na criação de condições para que os trabalhadores continuem seu processo de organização, visando construir um projeto alternativo para a conquista de uma sociedade justa e igualitária.

SERPAJ-BRASIL
Março de 1990

Visão Teológica de Martin Luther King

Breve Análise

O dia 04 de abril de 1990 marcou o vigésimo segundo aniversário do martírio de Martin Luther King Jr. Apesar da queda do muro de Berlim, cabe lembrar-nos que a violência contra a qual King lutou ainda está longe de ser superada e se faz evidente em todos os países latino-americanos e mais especificamente no Brasil. Portanto diante da violência que temos presente, levanta-se a pergunta: Será que a não-violência-ativa é meramente uma forma de romantismo, ineficiente e impotente para transformar a sociedade injusta e opressora? Um dos maiores mentores teólogos de Martin Luther King - Reinhold Niebuhr - chamou o Sermão do Monte (Mt 5, 6, 7) um ideal impossível e declarou que "O homem sempre terá imaginação suficiente para aumentar as suas próprias necessidades além das exigências mínimas, e sempre será egoísta suficiente para sentir a pressão das suas necessidades mais que as necessidades dos outros" (Moral Man and Immoral Society - p. 196). A questão para King, e a questão para nós, militantes da não-violência, é esta: Existe algo salvável no ser humano malicioso? É possível amar o inimigo? A teologia do realismo cristão diz que não! - para King essa era a questão central da teologia e na sua reflexão levou a sério o desafio. Para o militante da não-violência a resposta desta pergunta é crucial, se não queremos nos enganar. King não abandonou o realismo cristão, mas na sua interpretação o desfecho era diferente. Essa diferença nos interessa.

King insistiu que na natureza humana há um potencial admirável para o bem, (King - Love, Law



and Civil Disobedience, New South - Vol 16 - p.6 - dezembro 1951) mas não aceitou a posição de liberalismo que o ser humano é basicamente bom. Há uma dicotomia estranha de dualismo no ser humano. "O homem (sic) nem é matante bom ou mau; ele tem potencialidades para ambos." Jesus e Gandhi desempenharam o lado bom e Hitler desempe-

nhou o lado mal dele. Mesmo assim, King afirmou "que nunca deveríamos esquecer que isso é algo no ser humano que pode responder à bondade, que o homem (sic) não é totalmente depravado, ou em termos teológicos, a imagem de Deus no ser humano não desapareceu completamente... há algo na natureza humana que pode ser mudado e isso permanece o ponto principal da filosofia da não-violência. King concordou com a crítica de Niebuhr dizendo que ele não tratou adequadamente as possibilidades de crescimento espiritual. Há um tipo de inspiração cristã que desprende energia criativa no mundo e na qual, em comunhão, supera conflitos de egoísmo individual e coletivo.

Martin Luther King Jr. buscou aquilo que ele chamava "a comunidade amada". Mas ao mesmo tempo a ênfase que Niebuhr colocou sobre pecado e egoísmo influenciou profundamente a postura teológica dele. Enquanto os usos e abusos de poder na vida coletiva do ser humano e as táticas necessárias para tornar a "comunidade amada" uma realidade. Neste sentido, King não era pacifista mas, acreditava no uso do poder coercitivo construtivo (não-violência-ativa) para alcançar uma sociedade justa. Para King era importante distinguir entre resistência não violenta e não-resistência.

Na luta do neo-liberalismo que está surgindo com a queda do muro de Berlim, vale apenas reconsiderar a postura de King como orientação desafiadora nesta comemoração deste herói da paz cujos esforços deixaram um exemplo, não apenas para a luta contra o racismo, e sim contra todos os tipos de injustiças.

Pastor Ricardo Wangen - São Leopoldo (RS)

- Vivemos numa sociedade de conflitos econômicos, sociais e políticos. Esses conflitos atingem profundamente nosso ser; somos massacrados por eles, e devemos por isso informar-nos sobre as conveniências e possibilidades de promover a paz no lugar onde nos encontramos.

Encontro: "Los Procesos de Transición a la Democracia".

De 06 a 09 de fevereiro, realizou-se em São Paulo, sob a coordenação dos SERPAJs Argentina, Brasil, Chile e Uruguai o encontro "Los Procesos de Transición a la Democracia - Desafíos de la década del 90". Contando com a participação de aproximadamente 50 pessoas de 10 países da América Latina (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Peru, Bolívia, Equador, Nicarágua e México).

Uma das primeiras conclusões que se chegou no encontro é que parece merecer destaque, e quanto ao seu próprio tema. Sem dúvida, a América Latina está em pleno processo de transição; contudo, pouquíssimos são os países que estão caminhando verdadeiramente para uma democracia. Sabemos que não se pode reduzir a democracia apenas aos processos eleitorais. Notamos que, a maioria dos países parecem seguir rumo ao liberalismo e à maior exploração dos mais pobres.

Para aprofundar as discussões sobre esses processos de transição, foram de-

envolvidos 4 aspectos principais, como eixos para uma análise da atual conjuntura latinoamericana, foram eles:

- "Análise e avaliação dos processos democráticos";

- "E.F.A.A. nos processos democráticos";

- "Condiciones económicas-sociales";

- "500 años de evangelización en América Latina".

Tivemos a valiosa colaboração de Marcos Arruda do PACS (Rio de Janeiro) no tema sobre Dívida Externa e de Adolfo P. Esquivel referente a diversos temas.

Foram realmente quatro dias de trabalho muito intenso e ricas reflexões. Entretanto, a convivência entre os participantes dos vários países parece ter sido o fator mais enriquecedor. Partindo da própria troca de experiências e da formação de laços afetivos concretos, houve a construção de um conhecimento acerca das questões Latinoamericanas. Contudo, a maior dificuldade,



principalmente para alguns brasileiros, foi a diferença de idiomas, que, infelizmente representa ainda um grande obstáculo à comunicação.

Este foi um evento muito importante e que marca uma integração mais efetiva entre os SERPAJs. Pela possibilidade de entrosamento e

amadurecimento das "espíritos", antecedendo a Assembleia Continental, foi uma iniciativa premiada com êxito e os SERPAJs promotores estão de parabéns.

Fátima Regina Cruz - SERPAJ-Florianópolis (SC)

VI Assembleia geral do serviço Paz e Justiça para a América Latina

Durante os dias 11 a 17 de fevereiro de 1990, realizou-se no Rio de Janeiro a VI Assembleia Geral do Serviço Paz e Justiça para a América Latina. Esta Assembleia acontece a cada quatro anos e a última tinha sido realizada em 1986 no Peru.

Estiveram presentes companheiros e companheiras representando os 11 países onde está articulado o SERPAJ: México, Nicarágua, Panamá, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai (este último oficializado nesta assembleia). Além dos SERPAJs da América Latina, participaram também representantes do SERPAJ-Europa. Na qualidade de convidados, estiveram presentes: Pax Christi Internacional (Bélgica); IPOR (Holanda); WRI (Inglaterra); Igreja Quaker (Inglaterra); Igreja Luterana (El Salvador); Comunidades Cristãs da Venezuela; CIMI (Brasil); CLAR (Uruguai); Esmeralda Brown (EUA); Michel Grolcau (França); Narayan Desai (Índia), além de diversas outras entidades e pessoas do Rio de Janeiro.

Durante a realização da Assembleia, estiveram nos visitando e dando sua contribuição para o enriquecimento das discussões: Dom Paulo Evaristo Arns (São Paulo), Herbert de Souza - Betinho (Rio de Janeiro), Jaime Wright (Espírito Santo), Dom Waldir Calheiros (Rio de Janeiro) e a Deputada Benedita da Silva do PT (Rio de Janeiro).

A preocupação sobre o papel do SERPAJ no Processo de transição que vive atualmente o Continente Latino-Americano, norteou todas as discussões. Para uma melhor definição das linhas de ação do SERPAJ-AL, realizaram-se diferentes análises, que tiveram a colaboração de Betinho do IBASE e dos companheiros de El Salvador, Nicarágua e Panamá, além das conjunturas nacionais apresentadas por cada SERPAJ.

Feitas todas estas análises, partimos para a elaboração do plano de ação, definindo as linhas de ação, que o SERPAJ-AL passaria a assumir nos próximos quatro anos: 1º. Dívida Externa e Empobrecimento; 2º. Democracia, participação e autodeterminação dos povos; 3º. Integração Latinoamericana; 4º. Militarismo e militarização; 5º. 500 anos de dominação; 6º. Não-Violência como metodologia, estratégia de luta popular e atitude de vida. Estes são alguns eixos centrais do trabalho que será assumido. Não havendo tempo suficiente para aprofundar e delimitar melhor o plano de ação, elaborou-se um rascunho que já está sendo enviado nas bases de cada SERPAJ-Nacional para análise. Este documento será estudado nas bases e as propostas serão levadas à reunião anual do Conselho Colegiado do SERPAJ-AL que se realizará no mês de agosto de 1990 em Guayaquil-Ecuador.

Além das linhas de ação para o próximo quadriênio, deliberou-se também sobre mudança no estatuto da entidade, incluindo novos artigos como "resolução de conflitos", "processo eleitoral", etc. A mudança de composição da nova coordenação, que anteriormente era composta de 1 coordenador(a) geral e dois assessores, passa a ser composta de 3 coordenadores (1 geral e 2 adjuntos). Foram eleitos: Nelsa Cubero do Equador para o cargo de Coordenadora Geral; Domingo Namancura Serrano do Chile e Pablo Frederick da Argentina para Coordenadores Adjuntos.

Para nós, do SERPAJ-Brasil que tivemos a difícil tarefa de preparar a Assembleia, foi uma experiência muito válida. Receber e compartilhar as dificuldades e esperanças com nossos companheiros, latinoamericanos e de outros Continentes. Trouxe-nos uma bagagem muito rica, auxiliando-nos ainda mais na nossa luta.

Altamir Lages
Coordenador Nacional do SERPAJ-Brasil

Segue abaixo a palestra de Narayan Desai, ocorrida na VI Assembleia Continental do SERPAJ-AL.

"REFLEXÕES"

Nada existe na realidade senão a verdade. É mais

correto dizer que a verdade é Deus, que dizer que Deus é a verdade. A dedicação a esta verdade é a única justificativa para nossa existência. Todas as nossas atividades deveriam estar voltadas na verdade. Deveria haver verdade no pensamento, verdade no falar, verdade na ação.

Porém é impossível conseguir a verdade perfeita enquanto permanecemos encarcerados neste corpo mortal. Por isso, em último termo, teremos que depender da fé.

Parece que a impossibilidade da realização plena da verdade leva o buscador da verdade à apreciação de ahimsa (a não-violência). O primeiro ato de destruição lhe ensina que a verdade que era o objetivo de sua busca, não estava fora dele mas dentro.

Por conseguinte, mais se dedicava à violência, mais se afastava da verdade. Porque enquanto combatia contra o inimigo imaginário de fora, descuidava do inimigo de dentro.

O princípio de AHIMSA é ferido por todo pensamento mau, pelo pressa desnecessária, pela mentira, pelo ódio, por desejar mal a qualquer pessoa. Também é violado quando nos agarramos ao que nos precisa o mundo (bens materiais).

Ahimsa e Verdade são como as duas caras de uma moeda. Sem ostarismo Ahimsa é o meio; a verdade é o fim. Os meios, para serem meios, devem sempre ser alcançáveis, assim como Ahimsa é nosso dever supremo. Se cuidamos dos meios, cedo ou tarde, alcançaremos o fim.

Um buscador da verdade não pode guardar nada para amanhã. Deus nunca armazena nada para amanhã. Então se nessa fé devesse em sua providência, devemos ter a segurança de que ele nos dará todos os dias o pão de cada dia.

A civilização no verdadeiro sentido da palavra, não consiste na multiplicação de nossos auses, mas em sua redução deliberada e voluntária. Tudo isso promove a verdadeira alegria e satisfação, e aumenta nossa capacidade de servir.

Nenhuma coisa em absoluto neste mundo nos pertence. Também nós mesmos pertencemos a Deus. Por que, pois, temos medo? Então quando acabamos de ser os deuses e nos reduzimos ao nível de servidores, mais humildes que a poeira debaixo de nossos pés, todos os nossos medos desaparecerão como o nevoeiro; alcançaremos a paz completa e veremos cara a cara Deus da Verdade".

(M. K. Gandhi - 1930)



Direitos Humanos

O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) realizou, nos dias 05 e 10 de fevereiro, o seu 6º Encontro Nacional, ocorrido no Centro Mariapellis em São Paulo, centralizando suas reflexões no tema "Os Direitos Humanos e a Construção da Nova Sociedade Brasileira".

A chave de abertura oficial desse encontro, foi a entrega do 2º Prêmio Nacional de Direitos Humanos — uma escultura de bronze e mármore, com 30 centímetros de altura, representando uma pessoa ajoelhada com as mãos atadas para trás, criada pelo artista plástico Elifas Andreato; este prêmio é entregue à pessoas ou entidades com atuação relevante em defesa da cidadania e dos direitos fundamentais dos povos. Os agraciados deste prêmio de ano de 1989 foram a deputada Benedita da Silva (a luta pelos direitos humanos é marcada pelo fim das desigualdades, principalmente as raciais); o Sindicato de Metalúrgicos de Volta Redonda (a luta dos trabalhadores em busca e defesa dos seus direitos); a Comunidade Indígena Yanomami (a luta em favor da comunidade pura e transparente dos indígenas); a sindicalista rural Maria Aparecida Ferreira (a luta pela Reforma Agrária e a denúncia da morte de vários líderes sindicais) e Dom Pedro Casaldáliga (a luta pelos Direitos Humanos na região do Araguaia e o exemplo de luta em toda a América Latina).

Durante o encontro, o qual o SERPAJ participou como delegado do Regional Centro-Oeste, discutiu-se vários assuntos tendo como perspectiva o tema principal.

Houve uma análise de conjuntura (brasileira e latino-americana) a partir de um balanço das eleições presidenciais no Brasil e noutros países da América Latina. Através da exposição do jornalista Newton Carlos, constatou-se que nunca houve no continente democracia tão pobre. Um ponto abordado por ele, e que gerou uma certa polémica, é a sua posição de que esgotou-se outra forma de conquista de poder (luta armada) que não seja pela via democrática (eleitoral). Isso exige de nós, SERPAJ, uma postura crítica: como estamos sendo um instrumento de luta não-violenta na transformação da estrutura social?

Fomos contemplados por uma excelente análise sobre a dívida externa realizada por Marcos Arruda. Este é um problema sério, já que representa uma sangria prejudicial gera-



dora de injustiças e opressões. Esta dívida aumentou consideravelmente durante o governo militar; podemos constatar este fato através dos grandes projetos socio-econômicos: essa megalomania foi abordada por Luis Pinguelli Rosa em outra palestra.

VIOLÊNCIA: um dos assuntos abordados, tanto nos aspectos rurais e urbanos, pelos palestrantes Cerônimo Nunes, Helio Bicudo e Mirian Mesquita. Percebeu-se que a violência é uma constante em nossa vida; é um sub-produto do nosso sistema socio-econômico que visa somente o privilégio de poucos, "sobrando" a pobreza e miséria para a maioria.

Outro assunto que mereceu destaque foi o papel das Forças Armadas. O capitão Sérgio Murilo apresentou-nos um histórico sobre as FFAA, salientando a necessidade de um amplo debate dos setores sociais para que definam a função das FFAA num regime de democracia consolidada. Já o advogado Luiz Eduardo Greenwald abordou o aspecto de ainda ser primordial um acordo de contas sobre os atos praticados

dos pelas FFAA na época do regime militar; alertou que o governo Collor irá desenvolver uma guerra ideológica contra os setores populares, havendo uma transição da Doutrina de Segurança Nacional para uma estratégia de conflitos de baixa intensidade; salientou ainda que o conjunto das FFAA continua impenetrável, sem disposição ao diálogo. Este assunto (FFAA) tinha sido abordado pelo deputado federal José Lino de Melo que desenvolveu uma complementação das análises realizadas e sobre o relacionamento entre povo e Estado, a estabilidade de uma "grande potência" é antagônica aos direitos fundamentais da classe trabalhadora: direito de greve, de expressão.

Para ajudar em toda a análise realizada até o momento, o professor Fábio Comparato, relatou nos sobre o andamento da nova Constituição Federal, Constituições Estaduais e das Organizações Municipais.

Realizou-se um trabalho em grupo, após um amplo debate sobre o tema "Direitos Humanos, Democracia e Cidadania", a partir dos textos de José J. Queiroz e Sérgio Schaeffer. A motivação dos trabalhos foi feita pelo próprio Queiroz: esta luta pelos direitos humanos é imprescindível; somente os conseguiremos em sua plenitude numa sociedade socialista, que se constrói na prática do dia-a-dia. Vimos que a crise do socialismo na Europa deve levar as esquadras a uma profunda reflexão. O plenário desse trabalho foi riquíssimo em conteúdos que merecem uma rigorosa análise de todos nós.

Nesse 6º Encontro também ocorreu um relatório de atividades do MNDH e uma análise sobre as prioridades e as bandeiras de luta do movimento no período de 1990 a 1992 (sendo elas: Violência, Cidadania, Democracia e Agricultura). Um ponto que merece destaque foi a alteração no nome da entidade: antes era Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDH).

Acreditamos que esse 6º Encontro irá trazer muitos frutos nesta luta que todos nós estamos empenhados: DIREITOS HUMANOS.

Força na luta e esperança na vitória!

Marco Antonio Gonçalves - delegado do SERPAJ-Brasil no 6º Encontro do MNDH

PANAMÁ: Direitos Humanos, invasão e ocupação militar por parte dos Estados Unidos da América

Na madrugada de 20 de dezembro de 1989, o exército norte americano dispoñdo de 31.000 militares efetivos, invadiu a cidade do Panamá, deixando entre as primeiras 14 horas a quantidade de 417 bombas, das quais 12 eram de grande poder destruidor, tal como a nota do informe anexo do Instituto Sismológico da Universidade do Panamá.

Um dos bairros mais afetados foi o de CHORILLO, do qual desapareceu uns 75%, contendo uma população de mais de 30.000 pessoas. Como saldo desta situação temos as seguintes fotos:

1. O Padre Romulo Emiliani e o Padre Carlos Maria Ariz anunciaram que existem sérias invasões a nível oficial e do governo norte americano para conhecer as cifras reais dos mortos, os quais superam os 3.000.

2. A Cruz Vermelha anunciou que existem cerca de 264 desaparecidos, e a cifra continua aumentando.

3. Testemunhas de médicos, de sobreviventes de

Chorillo e de coveiros, asseguram a existência de 4 covas comuns que contém mais de 1.600 cadáveres que foram enterrados sem identificação nem registro (3 em Cerrozal e 1 em Jardim de Paz).

4. O exército norte americano continua prendendo as pessoas sem ordem de detenção alguma, e mais de 4.000 aplanamentos tem sido realizados sem ordens de autoridades competentes.

5. 400.000 pessoas perderam seu emprego como produto das sanções econômicas e da invasão, representando uns 50% da população economicamente ativa. O qual deixa na pobreza cerca de 1.000.000 (1 milhão) de pessoas de uma população total de 2,3 milhões de habitantes.

6. O exército norte americano violou todas as normas da convenção sobre relações diplomáticas, irrompeu as sedes e casas de diversas delegações diplomáticas causando graves estragos e arrastelos (Cuba, Nicaragua, Peru).

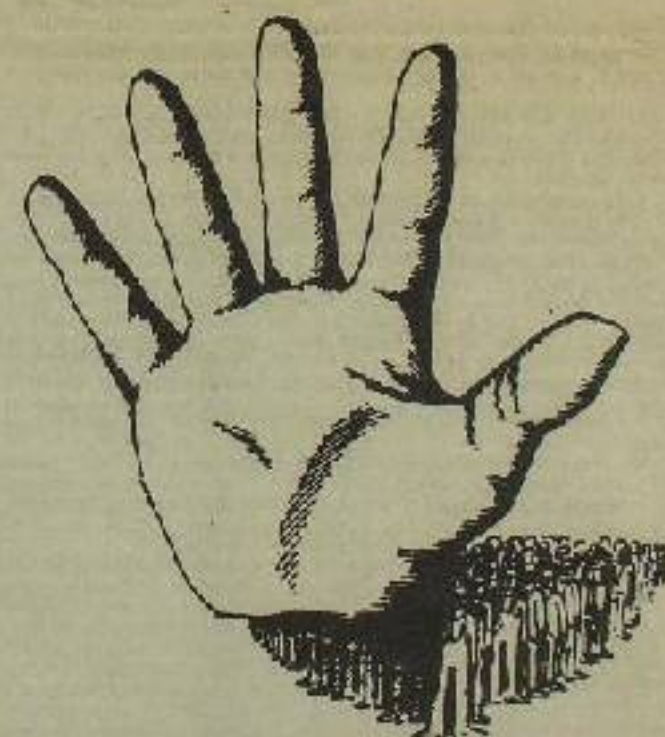
Como resultado dos dados anteriores, queremos solicitar aos membros desta Comissão um projeto de resolução em que:

- se condene a agressão militar a que foi vítima a República do Panamá, por parte dos EUA, assim como os atos violentos dos Direitos Humanos dos Panamenhos derivados da mencionada agressão;

- se exija dos EUA que indenize a República do Panamá, pelos danos e prejuízos causados em virtude das sanções econômicas e da intervenção e ocupação norte americana, de acordo com a responsabilidade internacional que se deriva da mesma;

- se exija dos EUA que retire suas tropas imediatamente do território Panamenho;

- se nomeie um Comitê Investigador sobre os



atos ocorridos no Panamá, que constituem a maior violação dos Direitos Humanos da época;

- se promova a designação de um governo de transição; e se convoque Eleições Gerais vigiadas pela ONU e OEA.

SERPAJ - PANAMÁ (Servicio Paz y Justicia)

- É certo que não haverá paz na terra, nem felicidade, menos ainda alegria e tranquilidade, se não nos voltarmos ao cultivo da justiça.

- A elite brasileira, toda vez que verifica que um regime está exausto, inicia uma auto-metamorfose, uma mudança de pele, fazendo com que os mesmos continuem no poder.

MOVIMENTO SEM TERRA

Ocupar, Resistir e Produzir

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que no ano passado comemorou seus 10 anos de luta, realizou, nos dias 06, 09 e 10 de maio em Brasília, o 2º Congresso Nacional que contou com a participação de mais de quatro mil lavradores.

Com uma periodicidade de cinco anos, o congresso aconteceu novamente no momento em que tomou posse o novo Governo Federal. O MST entregou ao presidente eleito, uma pauta de reivindicações. Os sem terra realizaram grande manifestação em frente ao Palácio do Planalto: **OCUPAR, RESISTIR E PRODUIR** era a palavra de ordem.

A preparação do Congresso não diminuiu o número de ocupações. Ainda nesse ano, trabalhadores sem terra ocuparam latifúndios improdutivos nos estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e mais recentemente no Rio Grande do Sul, mobilizando nessas ações 2.500 famílias.

CRESCIMENTO

O expressivo número de delegados no II Congresso, revela o crescimento do MST nos últimos cinco anos. Desde o primeiro congresso, foram realizadas 180 ocupações que resultaram em 261 assentamentos com 21.421 famílias numa área de 333.991 hectares. Há, porém milhares de famílias sem terra acampadas ou em assentamentos não regularizados.

A estrutura organizativa também melhorou. Entretanto, há muitos desafios a enfrentar. As ocupações, embora massivas e

bem preparadas, sofrem cada vez mais a ação repressiva da Polícia Militar, pistoleiros e grupos paramilitares.

Por outro lado, há a necessidade de desenvolver projetos de cooperativas agrícolas nos assentamentos para viabilizá-los economicamente. A escassez de recursos por parte do governo tem comprometido seriamente os lavradores assentados que trabalham a terra individualmente.

NOSSAS REIVINDICAÇÕES

Os delegados do II Congresso do MST apresentaram ao novo presidente da República uma pauta de reivindicações. Os 11 pontos, entregues aos presidentáveis, serviram de base para a discussão. Veja quais são:

01. Legalização de todas as terras ocupadas pelos trabalhadores;
02. Desapropriação de todos os latifúndios;
03. Expropriação de todas as terras de especulação;
04. Fim da política de colonização;
05. Criação de esmolas governamentais à pequena propriedade. Fim dos subsídios públicos à grande propriedade;
06. Política agrícola que beneficie o pequeno produtor;
07. Irigação, obras públicas e investimentos comunitários dos assentamentos;
08. Participação dos trabalhadores rurais nas decisões relacionadas à reforma agrária;
09. Políticas de estímulo à preservação do meio ambiente, recuperação e conservação do solo e de reflorestamento nos assenta-



mentos.

- 10. Apuração e punição de todos os assassinatos de trabalhadores rurais por conflitos de terra.

11. Cobrança sobria do imposto territorial rural atrasado dos latifúndios e recolhimento em terra para a reforma agrária, de quem estiver atrasado há mais de cinco anos.

Apaliando a conjuntura nacional, os participantes do congresso chegaram à conclusão de que, em razão dos compromissos

firmados pelo governo Collor, a reforma agrária que interessa aos trabalhadores rurais apenas será obtida com a intensificação da luta dos lavradores. Um dos indicadores de que uma efetiva reforma agrária não interessa ao governo Collor é o fato de que, nos primeiros 50 dias de mandato, ocorreram seis assassinatos de trabalhadores rurais.

(Setor de divulgação do SERPAI-Brasília, com colaboração de Antônio Elson Leite de São Paulo)

Carta Aberta

Hoje, todo o continente latino-americano, passa por inúmeras dificuldades, isso devido ao sistema opressor que todos estamos submetidos.

O SERVIÇO NACIONAL JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA (SERPAI-BRASIL) e o MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (MNDH), querem retratar a situação desumana em que vive o povo Guatemalteco.

Esta reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em seu artigo 3º, que diz: "Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa". Na atual Constituição Política da República de Guatemala, no capítulo 1º, artigo 3º, menciona-se: "O Estado garante e protege a vida humana desde sua concepção assim como a integridade e a segurança pessoal". No código Penal vigente, no artigo 43º, se estabelece que: "a pena de morte tem caráter extraordinário e só poderá ser aplicada nos casos expressamente contemplados na lei e não se esgota a pena depois de aplicadas todas as recursos legais. Não poderá se impor pena de morte: 1º Por delitos políticos, 2º Quando a condenação se fundamentar em suposições, 3º A um menor, 4º A ilicítos com mais de sessenta anos".

Verificando que a Declaração dos Direitos Humanos da ONU, como a mesma Constituição Política reconhecem direito à vida que têm todos os cidadãos da Guatemala. Este direito foi constantemente violado em anos passados, e agora, durante o regime "constitucional" do presidente Vinicio Cerón Arzuola continua sendo desrespeitado.

Durante os quatro anos de gestão democrática crítica, se produziu 800 mil casos de delitos à vida. Esses milhares se tem caracterizado pela depuração legal das pessoas e sua execução posterior, na maioria dos casos. Aqui poderíamos citar vários e inúmeros que preocupam a consciência internacional na Guatemala durante o ano de 1981, da prática de violação sem distinção de sexo e idade, há crimes que não são conhecidos pela opinião pública nacional e internacional, porque facilitamos, amigos e vizinhos das vítimas não se atrevem a denunciar, com medo de serem também assassinados. Muitos casais foram vítimas de fuzilamentos.

radados e sem seus documentos de identificação.

Na área rural, os sequestros desproporcionais e execuções indiscriminadas foram e são realizados por pequenos grupos paramilitares (que muitas vezes são os próprios exército e demais forças de segurança do Estado).

Com isso os setores mais afetados com a violação do direito à vida são: camponeses, estudantes, sindicalistas, profissionais e alguns empregados do governo, assim como membros de organizações de direitos humanos. Por isso, muitos são estrangeiros de pessoas que tem manifestado de alguma maneira, seu inconformismo perante a situação econômica, social e política a que são obrigados a viver.

A situação é clara: "durante os quase trinta anos de guerra interna, Guatemala apracala em dois cenários".

Os diferentes governos que tem ocupado o poder, tem desenvolvido e executado diversas formas para combater o que eles denominam "subversão" ou "comunismo".

Dentro das táticas e estratégias militares para fazer a guerra, tem estado presente os delitos de lesa humanidade, como as desaparecimentos ou involuntários, acompanhados posteriormente de tortura e, finalmente, execução extrajudicial.

No Guatemala não existem pressões políticas, fundamentalmente por duas razões:

- 1) Aos presos não se concede o direito a presões para seguir em, muito menos as leis do código penal vigente.
- 2) Ao regime não interessa que os apodados sobrevivam. Sua política é desaparecer ou eliminar o adversário.

Durante o período civil o povo da Guatemala vive, e há de ser um regime de governo civil que não só não seja equívoco de desrespeito, mas também o contrário, tem o compromisso com a política de futuro histórico para legar a memória das pessoas desaparecidas.

A população da Guatemala é hoje composta por 9 milhões sendo que 6 milhões são camponeses. Um índice de analfabetismo é de 60% e ainda uma população com milhões de pobres (60%).

É sumamente preocupante a situação em que vive a governança da República da Guatemala em lugar de "indiciar med das para melhorar o nível de vida das habitações e proporcionar o consumo de "energia", tem aplicado uma política econômica anti popular e equitativa, de gratificação consequente para o grande número de pobres. Visto que empobrece cada vez mais a uma elevada porcentagem da população, a tal estrutura que em alguns lugares há em los anos de gestão que morte de fome e desidratação, fruto de uma política sedutora e manipulação das massas há anos e outra. Portanto, não tem acesso aos seus alimentos, saúde, educação, trabalho, etc.

Por tudo isso, rechaçamos as tentativas medidas econômicas e outras pela futura economia.

Resumo-se assim o impacto social sentido pelo povo devido a política econômica implementada no país:

- 1) Deixa obrigados a morte;
- 2) Aumento dos preços dos combustíveis e da tarifa de energia elétrica;
- 3) Liberação de preços;
- 4) Emissão de títulos;
- 5) Falta de subsídio político estatal;
- 6) Falta de subsídio econômico e materialização dos recursos do Estado.

Em termos gerais, tudo se trata de um plano de "venda de vida" da maioria da população, a qual é muito mais amável para os latifundiários do campo e de mais de 50% de desnutrição e pobreza em geral.

MANIFESTAÇÕES

Nossa mais ampla e desoladora, sendo caracterizada por denúncias dos que estão correndo nos dias de hoje: **PORNADAS PARA VIDA E PARA PAZ**. Visa a luta da luta nacional. Referência a este diálogo nacional (também acompanhado e entregue ao presidente do Movimento Rodolfo Quirós, Tercero) e também ao **ALVARO DE OSO** (Alvaro Baez) para a paz, que tem na particular importância, já que são a continuação do avanço da luta social, mas o compromisso da Unidade Revolucionária Nacional da Guatemala (URNG) como um fator indispensável para a construção do futuro da Guatemala. E isto é feito através os meios de comunicação e os poderes, que detêm a informação, dos guerrilheiros Guatemaltecos, que devem assumir a liderança das negociações, para "por fim a situação de guerra civil que dura há mais de 30 anos".

No entanto são boas as perspectivas para os nossos modelos e de

instituições, e mesmo para o movimento revolucionário, a luta pela paz na Guatemala está cheia de desafios, já que é difícil ter paz numa sociedade militarizada, sem democracia real e sem a mínima vontade política de mudar as coisas. "Oslo", porém, abre uma porta, nova que estes setores não que apertar.

Em face ao exposto acima solicitamos a todas as entidades civis, aos partidos políticos, partidos políticos, movimentos populares, etc., que se manifestem denunciando a violação dos Direitos Humanos, e da ordem social de apoio à luta pelos Direitos Humanos na Guatemala, pronunciando-se de todas as formas em que lhe for possível, utilizando todos os canais que dispuserem.

REQUISITOS

- 1) Que cesse a repressão massiva contra as organizações populares e sindicais Guatemaltecos;
- 2) Uma investigação seria e profunda dos crimes de violência;
- 3) Fim imediato punição dos responsáveis;
- 4) Representação dos vivos, dos estudantes e líderes populares desaparecidos;
- 5) Estrito cumprimento de todos os acordos assinados pelo Governo Guatemalteco.

Concluindo:

Queremos expressar os nossos anseios em ver superada toda a situação dos Direitos Humanos, que vem ocorrendo com os nossos irmãos Guatemaltecos, pois a solidariedade internacional será um apoio que não falta à luta contra a situação de este povo, de todos nós nos mobilizarmos.

ALEMER LAZAR
Coordenador Nacional
Serviço Nacional Justiça
- NA - Via Brasil
(SERPAI-BRASIL)
AUGUSTO VILL
Secretário Executivo
Movimento Nacional de
Direitos Humanos (MNDH)

CARTAS, TELEGRAMAS OU OUTRAS MANIFESTAÇÕES PARA:
Licenciado VINICIO CERERO
Presidente de la República de Guatemala
Palácio Nacional
Guatemala, Guatemala

Depoente: Héctor Mayorga Davila
Presidente da Comissão de Derechos Humanos
del Congreso de la República de Guatemala
Palácio Legislativo
Guatemala - Guatemala

Endereço da Guatemala
QUINTA DE LA PAZ
Lago Sol
70.300 - Brasília - DF
FAVOR ENVIAR COPIAS DAS MANIFESTAÇÕES PARA:
SERPAI-BRASIL
8.05 - Faltas no Veredito V Bloco R sala 511
70.302 - Brasília - DF

MNDH
8.05 - Faltas no Veredito V sala 109
70.302 - Brasília - DF



Redução das terras indígenas

Diferentemente do que afirmou a propaganda oficial, o ex-presidente José Sarney reduziu consideravelmente as terras indígenas nos cinco anos de seu governo. Nesse período, não mais que 59 áreas foram declaradas de ocupação indígena e apenas 29 foram homologadas, num total de 7.962.688 ha, e não 33 milhões ha como se anunciou. Considerando as propostas originais feitas pela própria Funai, as declarações significaram uma redução de 41,5% das terras indígenas. As homologações, 8,3%. Só os Yanomani perderam 76,4% de seu território tradicional.

Esses números referem-se apenas às terras que receberam algum tipo de providência democrática, e não ao total dos territórios indígenas existentes no país. A declaração é uma das primeiras providências do longo processo de demarcação; a homologação é o ato do Presidente da República que confirma a demarcação física da área.

O levantamento consta do balanço que o CIMI realizou sobre a política in-

digenista do governo Sarney, que "obedeceu a estratégias premeditadas para acelerar a desintegração das estruturas sócio-culturais dos povos indígenas".

VIOÊNCIA

O relatório do CIMI trata também da violência praticada contra os povos indígenas no decorrer de 1989. Nesse ano, pelo menos dez índios foram assassinados e cinquenta morreram em epidemias. Ainda nesse período, outros vinte índios tiveram morte de alguma maneira violenta; cinquenta e sete deles foram vítimas de agressões envolvendo policiais, 870 foram atingidos por epidemia e 8 foram ameaçados de morte. Esses números, no entanto, são parciais, não apresentando em sua totalidade a violência sistematicamente praticada contra os povos indígenas.

Vários casos de morte ocorreram pela simples falta de assistência médica, resultado da redução dos "recursos para os serviços assistenciais a cargo da FUNAI". Desatendidos em suas necessidades mais básicas, "os índios torna-



ram-se presa fácil de madeireiras, empresários de garimpo, mineradores e outros, abdicando de direitos em troca da própria subsistência".

O caso mais grave foi o dos Yanomani: a FUNAI, em 1989, registrou 645 casos de malária transmitida pelos ga-

mpelinos que invadiram as terras desse povo. Levantamento da Ação pela Cidadania, no entanto, indica que 15% dos Yanomani, numa população de 10 mil pessoas, foram vítimas da malária desde o início da invasão.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário (Brasília)



2ª Revista do SERPAJ - BRASIL

O SERPAJ-Brasil, com o objetivo de dar continuidade às reflexões que vêm sendo desenvolvidas no interior de cada militante, cada grupo, cada regional, permeando todo o nacional, publica o segundo número de sua revista.

Os temas apresentados nesse número são de vital importância para todos nós:

1ª) A sempre necessária fundamentação histórica da não-violência ativa, para que possamos divulgar nossa estratégia de luta visando a transformação social;

2ª) Os vários aspectos que envolvem o trabalho na defesa e promoção dos Direitos Humanos e nossa responsabilidade frente a isto;

3ª) Subsídios e informações sobre o analfabetismo em nosso país, suas causas e consequências, alertados através do Ano Internacional da Alfabetização - 1990, proclamado pela ONU e assumido pelos países que dela fazem parte;

4ª) Uma análise histórica sobre a indústria belica brasileira chegando até a crise atual por ele vivida;

5ª) Uma avaliação sobre a div. da externa, reafirmando-se mais uma vez sua ilegitimidade moral e suas consequências lesivas ao povo brasileiro.

As pessoas que quiserem adquirir esta revista poderão escrever para o endereço abaixo:

Rua dos Farrapos, 40 - Bairro Curumim

95.080 - Caxias do Sul - RS

O preço de custo é de Cr\$ 150,00

Continuamos com sua colaboração.

S.D. SERPAJ-Brasil

8ª Assembléia Geral da Federação Luterana Mundial(FML)

A Federação Luterana Mundial esteve reunida em Curitiba (10/01 a 08/02). Cerca de 1.500 pessoas entre delegados (376), assessores, imprensa, conselheiros e visitantes estiveram presentes.

Durante a assembléia, foi eleita a nova direção da FML. O novo presidente da federação será o Pastor Gottfried Bakemier, presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). É a primeira vez que a FML será presidida por uma pessoa proveniente do Terceiro Mundo.

A 8ª Assembléia Geral da FML desenvolveu-se sob o lema: "Ouvir o Clamor do Meu Povo". Foram discutidos, entre outros itens, os desafios aos luteranos suscitados pelas questões ecológicas, do desarmamento e da dívida externa.

Apresentaremos, a seguir, partes da palestra da ex-primeira-ministra do Nordeste, Mís Gra Helena Brandão (uma das convidadas que participou da assembléia). A palestra dessa palestra foi-nos enviada pelo Pastor Ricardo Vangen (Membro do SERPAJ-Brasil).

(...) Deixar-nos com a explosão demográfica, perigosa desigualdade e sofrimento humano. O custo para atender a todas as necessidades humanas é tremendo. Vivemos numa era que produziu uma riqueza desconcertante e enorme prosperidade, mas que está criando um número cada vez maior de pobres e famintos. Condições de comércio cada vez piores, juros da dívida crescentes, estagnação do fluxo de ajuda e crescente protecionismo, tem aumentado o abismo entre nações ricas e pobres.

Desde 1980 o número de pessoas desnutridas nos países em desenvolvimento subiu em 20 por cento.

Nos 17 países mais pobres os gastos per capita, durante os anos 80, foram cortados pela metade à educação.

Perto de um bilhão de pessoas estão vivendo em absoluta pobreza. Tal situação conflita com os nossos conceitos de dignidade humana.

A menos que políticas populacionais responsáveis sejam implementadas, a população mundial de 5 bilhões dobrará seu número no próximo século.

Estima-se que 15 milhões de hectares de florestas tropicais são destruídos por ano, e apenas uma árvore é plantada para cada dez que se cortam.

Solo fértil está sendo levado pela erosão em ritmo alarmante.

São alarmadoras as estimativas sobre taxas de extinção de espécies das quais a maioria sequer foi pesquisada pela ciência.

A produção industrial cresceu mais que cinquenta vezes no século passado. O esforço pela erradicação da pobreza e as providências para o atendimento de uma população mun-

dial duplicada requer maior rapidez de crescimento da economia mundial, talvez cinco a dez vezes mais do que vem ocorrendo, na próxima metade de século.

Exigentemente a maior responsabilidade pela poluição do nosso meio-ambiente cabe aos países desenvolvidos. Estes países produzem mais de 90 por cento do lixo industrial.

Estamos em vias de talvez conseguir controlar as ameaças à camada de ozônio, proteger a terra; mas o próprio clima está sob ameaça, e as consequências de mudanças climáticas poderiam ser tão devastadoras quanto uma guerra nuclear.

Nos países em desenvolvimento a pobreza é a causa principal da degradação ambiental. Os pobres são obrigados a abusar de seu meio-ambiente, não porque sejam ignorantes, mas por não terem outra alternativa. Os pobres, também com demasiada frequência, são marginalizados, eles vivem no solo mais pobre, muitas vezes não têm água potável - para não falar na falta de instalações sanitárias -, e os preços que lhes são oferecidos pelos seus produtos não lhes dão uma alternativa senão a de tentar produzir mais - para vender mais -, comprometendo, desta forma, a qualidade do solo e as perspectivas para o seu futuro e o de seus filhos.

Na América Latina os 7 por cento da população mais rica são proprietários de 92 por cento das terras agrícolas. Os pobres permanecem dependentes, vulneráveis e sem recursos que os habilitem a beneficiar-se do meio-ambiente e ainda cuidar da sua renovação. Este problema é de ordem ambiental, econômica, política e, finalmente, humana (...).

(...) Diante da impossibilidade de obter um padrão de vida aceitável, os pobres esperam encontrar melhores condições de vida nas áreas urbanas, que, em consequência, se transformam em megadólos ingovernáveis, com população de dezenas de milhões de pobres e destituídos. Lá eles vivem na miséria, em desoladas favelas, sem serem atendidas as necessidades básicas da vida. Suas Vozes não são ouvidas. Suas comunidades são frágeis e continuamente ameaçadas. (...)

(...) Nós hoje estamos em um país - o Brasil, do qual é exigido que pague em torno de um bilhão de US-dólares por mês a título de juros e restituições de seus débitos (...).

(...) Minha mensagem é a seguinte: A não ser que tratemos de forma global as questões que são globais nesta última década do milênio, perderemos uma das últimas chances de eliminar milhões que sejam sustentáveis. A luta pelo meio-ambiente e pelo desenvolvimento poderia terminar como derrotada, a não ser que nós nos levantemos para assumir nossas responsabilidades nestes anos de 90. (...)

Serviço de Divulgação - SERPAJ-Brasil

"A verdade habita em todo o coração humano, e ali deve ser buscada. É preciso deixarmos-nos guiar pela verdade, qual cada um a vê. Ninguém tem o direito de obrigar outrem a agir segundo a própria noção de verdade."
(Gandhi)

Serviço Nacional Justiça e Não-Violência Serpaj-Brasil e seu trabalho de base

(1ª Parte) Regional Norte

A partir deste número, trataremos de abordar os trabalhos que vem sendo desenvolvidos pelos Grupos de base do SERPAJ-Brasil. Iniciaremos, esta primeira parte, falando sobre os trabalhos desenvolvidos pelos grupos do Regional Norte. Nos próximos números, do nosso boletim, falaremos sobre os Regionais Nordeste I, II e III, Regional Centro-Oeste, Estadual São Paulo e Regional Sul, respectivamente. Estes artigos são decorrentes das visitas realizadas pela Coordenação Nacional no segundo semestre de 1989 e primeiros meses de 1990 e relatórios dos grupos e Regionais.

O Regional Norte do SERPAJ-Brasil, é composto pelos grupos de Manaus (AM) e Marabá (PA). Existem ainda oito grupos em formação nos dois estados (Amazonas e Pará): Borba (AM), Itacoatiara (AM), (AM), Belém (PA), Curionópolis (PA), Jacundá (PA), Rondon do Pará (PA) e São Domingos do Araguaia (PA).

As dificuldades deste regional são enormes, começando pela distância geográfica entre os estados do Amazonas e Pará. É porque não dizer, entre um grupo e outro, no mesmo estado. Aos pontos caros buscam do superar estas dificuldades.

O Grupo de Manaus é o mais distante (geograficamente) no SERPAJ-Brasil, onde consegue-se chegar apenas de avião, pois de barco e por terra, que seria outra "possibilidade", demora-se no mínimo 7 dias (saída de Brasília). Este grupo trabalha, principalmente, na luta pelo solo urbano.

Devido a instalação da Zona Franca, a alguns

anos, houve e há uma grande migração para a cidade de Manaus. São pessoas que vem de todos os estados e na maioria das vezes sem a mínima condição de adquirir um terreno e construir uma casa. Este fator, leva estas pessoas a terrenos baldios em diferentes partes da cidade, e devido a isso, Manaus é uma das capitais brasileiras de maior índice de ocupação de terra urbana. Basicamente todos os bairros da Grande Manaus são decorrentes de ocupações.

O Grupo Justiça e Não-Violência de Manaus, vem trabalhando ativamente na organização e acompanhamento de ocupações de terra. Atualmente trabalha na ocupação da "Vila Sassa" que já foi despejada duas vezes pela polícia. Os ocupantes voltaram e resistiram e vem resistindo firmemente até hoje.

Um outro fator grave em Manaus, é a exploração "financeira" da mão-de-obra pelas grandes empresas da Zona Franca, a falta de segurança e outros fatores relacionados no dia-a-dia destes funcionários.

O grupo tem aí, algumas ações conjuntas com o sindicato dos metalúrgicos de Manaus (CUT), onde trabalham inclusive alguns membros do grupo.

Além destes trabalhos, há um acompanhamento direto aos três grupos novos que estão surgindo no interior, numa forma de levar as linhas de ação do SERPAJ para outras cidades do Estado do Amazonas, e inserir-se mais profundamente nos problemas do interior.

No Estado do Pará, o trabalho do grupo Justiça e

Não-Violência de Marabá é quase idêntico ao de Manaus. Destacam-se a luta pelo solo urbano, o acompanhamento direto a associações de moradores e trabalhos relacionados a área de alfabetização.

A violência impera em todo o estado do Pará e é difícil em muito o trabalho da organização popular. Ainda estão muito presentes em nossa mente os acontecimentos ocorridos em 1987 com os garimpeiros de Serra Pelada. A chacina, por parte da polícia, de dezenas de garimpeiros, que buscavam seus direitos, marcou mais uma vez a falsa democracia que é vivida no Brasil. O Grupo Justiça e Não-Violência de Marabá, denunciou, juntamente com outras entidades, aquele acontecimento triste e vergonhoso da nossa história.

A partir do ano de 1988, o Grupo de Marabá empenhou-se em formar e assessorar novos grupos de justiça e não-violência no Estado do Pará. Atualmente existem cinco grupos em formação. Já houve várias visitas e encontros reuniões, com estes grupos.

Apesar das dificuldades, o empenho dos companheiros e companheiras do norte é grande. As companheiras liberadas para a articulação do Regional Norte, Mariene (AM) e Zila (PA), tem uma tarefa muito difícil: articular e levar as linhas de ação do SERPAJ-Brasil, a uma região marcada pela distância geográfica e dominada pela violência.

Altamir Labes (Coordenador Nacional - SERPAJ-Brasil)



Grupo de Manaus



Grupo de Marabá

JUSTIÇA E
NÃO-VIOLENCIA



Leia
Assine
e
Divulgue

Justiça e
Não-Violência

Quero receber o Boletim do Serviço Nacional Justiça e Não-Violência.

Nome:
Endereço:
Bairro:
CEP:
Cidade:
Estado:
País:
Nº cheque ou vale postal:
Assinatura:
Data:
☐ Cr\$ 200,00 assinatura particular
☐ Cr\$ 250,00 assinatura entidade
☐ US\$ 15,00 assinatura exterior
☐ Assinatura Nova
☐ Renovação
☐ Ferrutura

Campanha de assinaturas:
Faça três assinaturas e ganhe uma de presente.
Faça dez assinaturas e ganhe uma camiseta do SERPAJ BRASIL.
A assinatura do Boletim equivale a um ano. Para assinar, basta enviar o cupom acima devidamente preenchido e o pagamento correspondente para:
Marco Antônio Gonçalves (Redator responsável)
Rua dos Farrajos - 40
Bairro Guarani
95080 - Caxias do Sul - RS